

NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

AMAL classifica Programa Operacional 2014-2020 de “insatisfatório” para o Algarve

Foi com insatisfação que o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Algarve, AMAL, reagiu perante a avaliação do Acordo de Parceria e Programa Operacional Algarve 2014-2020, programa de política pública de investimento para os próximos seis anos.

Reunido a 7 de abril, o Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade enviar um parecer ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional a revelar os motivos da sua indignação, por considerar que a região do Algarve é fortemente penalizada nesta programação.

Ao longo do Acordo de Parceria, estima-se que em Fundos Europeus e Estruturais de Investimento (FEEI), FEDER e FSE, somente 1,72% das dotações globais previstas se destinam ao Algarve. Enquanto marca internacionalmente reconhecida e destino turístico de excelência, a região algarvia é, sem espaço para dúvidas, merecedora de mais investimento público, quer em infraestruturas quer em equipamentos estratégicos nos mais diversos setores.

A AMAL relembra que o Algarve não é um território homogêneo verificando-se uma concentração da atividade turística na zona litoral, pelo que se torna fundamental descobrir e promover novos recursos de financiamento, para dar resposta à diversidade que caracteriza a região. Por outro lado, a atual conjuntura financeira impede os municípios de avançar com novos projetos e obras que sejam suportadas pelos seus próprios meios, motivo que vem realçar a importância e urgência de alcançar um maior investimento público sustentado por fundos europeus.

O Presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve, Jorge Botelho, refere que, embora se reconheça o mérito do trabalho já levado a efeito, em termos de propostas de programação, as dotações financeiras para o Algarve devem ser reforçadas, pois a tal obriga a manutenção da qualidade e competitividade da região como destino turístico, numa estratégia para que o Algarve se assumira com atividade económica plena todo o ano, sendo certo que na impossibilidade agora manifestada de tal reforço ser por fundos estruturais, a mesma deva ser por via de fundos nacionais que o país possui, sob pena de num futuro muito próximo, não conseguirmos garantir regionalmente um conjunto de serviços básicos e indispensáveis à região.

Faro, 17 de abril de 2014,

O Primeiro-Secretário

António Eusébio